

Brasília-DF, 11 de maio de 2010.

Lula diz que não haverá reajustes em 2010 e manda descontar dias parados de grevistas

“A reunião foi para dizer que ministro e dirigente não é sindicalista e, portanto, não tem que ficar defendendo greve.

Não temos condições de fazer aumentos salariais adicionais em 2010”
Paulo Bernardo



Em reunião com alguns ministros o presidente Lula comunicou a todos que não haverá qualquer reajuste salarial para os servidores públicos, seja em conjunto ou isoladamente. Esse foi um recado para aqueles servidores que estão em greve, caso do Ibama, Meio ambiente, Trabalho e Instituto Chico Mendes. Lula também pediu que a AGU faça um esforço para que as greves sejam consideradas ilegais e que os dias parados sejam descontados dos grevistas. Lula demonstrou bastante irritação com o que chamou de “pequeno número de grevistas”, que na opinião do ministro do Planejamento Paulo Bernardo, não passam de 500 em todo o país. A partir de amanhã, dia 11, haverá esforço redobrado do governo para buscar a ilegalidade das greves. O principal argumento a ser utilizado são os acordos firmados em 2009 que concedem reajustes escalonados até 2011, com parcelas sendo pagas na metade de 2010. A principal preocupação do governo é com a liminar obtida pelos servidores do Ministério do Trabalho junto ao STJ, o que impede o governo de descontar os dias de greve, mas isso estará sendo objeto de reunião entre o Planejamento e a AGU para tentar cassar a liminar ou apressar o julgamento sobre a legalidade da greve no MTE. A assessoria do presidente informou que Lula criticou alguns ministros que estariam fazendo “corpo mole” e não punindo ou não tentando esvaziar as greves em seus ministérios, caso do ministro José Gomes Temporão, que recebeu comissão do Sindprevs solicitando a reestruturação da carreira da Previdência, Saúde e Trabalho (Seguridade Social). O ministro Paulo Bernardo se mostrou contrariado com o que ocorreu no Paraná, quando grevistas do ministério do Trabalho conseguiram se aproximar dele cobrando soluções para a greve. Bernardo está orientando a exoneração imediata de quem ocupa cargo de confiança e que esteja em greve. Também haverá um rigoroso controle das atividades dos grevistas nos estados, mais intensamente naqueles onde houver maior número de grevistas.

Intimidação

Para o comando de greve dos servidores do MTE as medidas anunciadas pelo governo servem como tentativa de intimidação e informou que essas medidas não vão esmorecer a mobilização dos grevistas e que confiam na manutenção da liminar obtida junto ao STJ.

Recesso branco

O líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), se mostrou favorável ao movimento que cresce na casa sobre a necessidade de um projeto em que seja proibida qualquer tramitação de matéria financeira relacionada a reajuste de servidores em ano eleitoral. O deputado também defende a antecipação do chamado “recesso branco” com esforços concentrados para votação de matérias antes do início da Copa do Mundo e que a data limite para de votações seja 10 de junho, ocorrendo recesso até o final de julho. Info DF - com Agências

Lula diz que não haverá reajustes em 2010 e manda descontar dias parados de grevistas

Em reunião com alguns ministros o presidente Lula comunicou a todos que não haverá qualquer reajuste salarial para os servidores públicos, seja em conjunto ou isoladamente. Esse foi um recado para aqueles servidores que estão em greve, caso do Ibama, Meio ambiente, Trabalho e Instituto Chico Mendes. Lula também pediu que a AGU faça um esforço para que as greves sejam consideradas ilegais e que os dias parados sejam descontados dos grevistas. Lula demonstrou bastante irritação com o que chamou de "pequeno número de grevistas", que na opinião do ministro do Planejamento Paulo Bernardo, não passam de 500 em todo o país. A partir de amanhã, dia 11, haverá esforço redobrado do governo para buscar a ilegalidade das greves. O principal argumento a ser utilizado são os acordos firmados em 2009 que concedem reajustes escalonados até 2011, com parcelas sendo pagas na metade de 2010. A principal preocupação do governo é com a liminar obtida pelos servidores do Ministério do Trabalho junto ao STJ, o que impede o governo de descontar os dias de greve, mas isso estará sendo objeto de reunião entre o Planejamento e a AGU para tentar cassar a liminar ou apressar o julgamento sobre a legalidade da greve no MTE. A assessoria do presidente informou que Lula criticou alguns ministros que estariam fazendo "corpo mole" e não punindo ou não tentando esvaziar as greves em seus ministérios, caso do ministro José Gomes Temporão, que recebeu comissão do Sindprevs solicitando a reestruturação da carreira da Previdência, Saúde e Trabalho (Seguridade Social). O ministro Paulo Bernardo se mostrou contrariado com o que ocorreu no Paraná, quando grevistas do ministério do Trabalho conseguiram se aproximar dele cobrando soluções para a greve. Bernardo está orientando a exoneração imediata de quem ocupa cargo de confiança e que esteja em greve. Também haverá um rigoroso controle das atividades dos grevistas nos estados, mais intensamente naqueles onde houver maior número de grevistas.

Intimidação

Para o comando de greve dos servidores do MTE as medidas anunciadas pelo governo servem como tentativa de intimidação e informou que essas medidas não vão esmorecer a mobilização dos grevistas e que confiam na manutenção da liminar obtida junto ao STJ.

Recesso branco

O líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), se mostrou favorável ao movimento que cresce na casa sobre a necessidade de um projeto em que seja proibida qualquer tramitação de matéria financeira relacionada a reajuste de servidores em ano eleitoral. O deputado também defende a antecipação do chamado "recesso branco" com esforços concentrados para votação de matérias antes do início da Copa do Mundo e que a data limite para de votações seja 10 de junho, ocorrendo recesso até o final de julho. Info DF - com Agências

Servidores não terão novos reajustes em 2010, afirma governo

Lula pede que ministros endureçam com servidores em greve

Ministro e dirigente 'não é sindicalista', disse Lula a Paulo Bernardo.

Presidente pediu ainda que dias parados sejam descontados.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu nesta segunda-feira (10) mais de dez ministros do governo e dirigentes de órgãos públicos para pedir que eles endureçam com servidores em greves. Segundo o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, Lula afirmou que não haverá reajuste salarial neste ano. Segundo ele, o presidente pediu ainda que os ministros controlem o tempo de duração das greves e descontem os dias parados dos funcionários. O governo também tentará na Justiça declarar as greves ilegais.

"A reunião foi para dizer que ministro e dirigente não é sindicalista e, portanto, não tem que ficar defendendo greve. Não temos condições de fazer aumentos salariais adicionais em 2010", disse Paulo Bernardo. O ministro minimizou o número de servidores em greve. Segundo ele, cerca de 500 funcionários de seis órgãos da administração pública federal estão paralisados.

No Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), de acordo com o comando de greve, somente em Rondônia (RO), 61% dos funcionários do Instituto Chico Mendes teriam colocado as funções gratificadas que ocupam à disposição do governo.

"Estamos arguindo ilegalidade na Justiça e há determinação para descontar os dias parados. O presidente pediu que houvesse controle disso e que descontasse as horas paradas", afirmou.

O ministro também criticou a postura de membros do governo que, em ano eleitoral, apoiam greves promovidas por seus próprios funcionários. "Algumas vezes ministros ou dirigentes manifestam aos funcionários apoio às reivindicações e a gente fica numa situação difícil."

Segundo Bernardo, é "natural" que os movimentos por reajustes ganhem força quando se aproxima a data em que a legislação eleitoral veda aumentos salariais. "É natural isso. Como tem o período eleitoral, que é 1º de julho, que proíbe reajustes, é normal que haja pressão maior. O que não é normal é nós cedermos", disse.

Reajuste de aposentados

O ministro disse ainda que Lula citou, durante a reunião, a questão do reajuste para aposentados que ganham acima de um salário mínimo como um exemplo de que em ano eleitoral "é preciso ter cuidado".

A Câmara dos Deputados aprovou na semana passada reajuste de 7,7% para aposentadorias acima do mínimo. O governo tenta reverter a decisão no Senado para aprovar aumento de até 7%.

"Lula mencionou apenas para exemplificar que é preciso ter cuidado. Lembrou que temos um acordo com centrais sindicais [de reajuste de 6,14%]. Se ele não for votado, provavelmente [reajuste maior] vai ser vetado", disse. Segundo Paulo Bernardo, o governo não vai fazer "nenhuma irresponsabilidade" porque não quer deixar "dívidas" para o sucessor. Nathalia Passarinho Do G1, em Brasília

Funcionalismo não terá reajuste salarial este ano

Governo mandou um recado a todo o funcionalismo que entrar em greve

Agência Brasil

O governo mandou um recado a todo o funcionalismo de que não concederá reajuste salarial este ano e que pretende cortar o ponto daqueles que insistirem em fazer greves consideradas ilegais pela Justiça. O aviso foi dado nessa segunda-feira (10) pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ministros, presidentes e diretores de autarquias e de outros órgãos públicos.

De acordo com Paulo Bernardo, a reunião foi convocada por Lula para "alinhar" a posição do governo em torno de eventuais reivindicações salariais dos servidores. "Passamos uma orientação de que não tem previsão de reajuste salariais para 2010. Não tem no Orçamento e não temos condição de colocar", afirmou o ministro.

A preocupação, segundo Bernardo, é não deixar dívida para o próximo governo e não colocar em dúvida a estabilidade econômica alcançada pelo país.

"Não vamos permitir nenhuma irresponsabilidade, particularmente na reta final [de mandato]. Ele [Lula] não quer deixar para o próximo governo uma grande monta. Não ganhamos nada se fizermos irresponsabilidade e não vamos jogar a credibilidade que adquirimos em termos fiscais", disse Bernardo.

O ministro acrescentou que a reunião foi realizada também para que todos os ministros, presidentes de estatais e de empresas públicas, além de diretores de autarquias e de outros órgãos federais, deixem claro para os servidores a posição do governo de que não há possibilidade de conceder novos reajustes este ano.

Conforme Paulo Bernardo, em alguns casos, ministros e outros dirigentes se comprometiam com as reivindicações dos servidores, o que dificultava o diálogo com as categorias. "A reunião serviu para passar o recado e alinhar o governo com essa política. Isso facilita o diálogo com os trabalhadores", acrescentou.

"Ainda temos que pagar em julho aquilo que foi votado anteriormente, e o presidente fez uma recomendação muito firme de que nenhum dirigente e nenhum membro do governo assuma as reivindicações dos trabalhadores", explicou Bernardo.

Segundo ele, cerca de seis órgãos, entre eles o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), estão

em greve. Nesses casos, afirmou, o governo vai analisar a legalidade do movimento e descontar os dias parados.

“No caso das greves, estamos arguindo a legalidade, várias já foram consideradas ilegais e, mais do que isso, estamos controlando a frequência e há uma determinação de descontar os dias parados. Inclusive o presidente [Lula] reforçou que é para controlar e descontar as faltas, sem qualquer vacilo.” Bem Paraná

A república sindical de Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se orgulha de dizer que é o primeiro ocupante do cargo a realizar uma miríade de façanhas. A lista pode variar, mas um feito ninguém vai tirar de Lula. Há alguns dias, ele foi o primeiro presidente em mais de 50 anos a comparecer às festas de 1º de Maio das maiores centrais sindicais do país. Ao lado da candidata do PT a sua sucessão, a ex-ministra Dilma Rousseff, o ex-sindicalista Lula foi aplaudido nos palanques montados em São Paulo pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), ligada ao PT, pela Força Sindical e pela União Geral dos Trabalhadores (UGT).

O sindicalismo brasileiro deve muito a Lula. Graças a ele, vive seu apogeu em 100 anos de história. Nunca tantos sindicalistas exerceram tantos cargos e tiveram tanta influência no governo como no Brasil atual.

Nos últimos sete anos, um grande número de sindicalistas entrou nas repartições públicas – não com calças jeans e megafones, mas de terno, gravata e crachá. Os sindicalistas têm cargos de destaque em ministérios, bancos e empresas estatais e conselhos do governo que decidem o destino de mais de R\$ 200 bilhões por ano. Eles são maioria na direção e no conselho dos maiores fundos de pensão, que gerem um patrimônio de cerca de R\$ 220 bilhões. No Congresso, sua força se manifesta por meio de uma bancada de 60 parlamentares. Assim como o governo Collor ficou celebrizado como a República de Alagoas e o governo Itamar teve o apelido de República do Pão de Queijo, o período do governo Lula poderá ser lembrado como a República dos Sindicalistas. Um sindicalista “colocado para dentro” foi o metalúrgico Jair Meneguelli. Ex-presidente da CUT e ex-deputado federal, Meneguelli, desde 2003, é presidente do conselho do Serviço Social da Indústria (Sesi). No cargo, Meneguelli comanda a gestão de um orçamento anual de R\$ 10 bilhões. Tem também direito a benesses, como veículo oficial e um salário superior a R\$ 25 mil mensais. Conhecido por sua cara amarrada nos tempos de sindicalista, ao assumir o cargo, ele procurou o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado Armando Monteiro Neto (PTB-PE). “Vamos esquecer a imagem do sindicalista e conciliar”, disse Meneguelli. Ele é um dos exemplos de como a influência da CUT no governo cresceu exponencialmente no mandato de Lula. Entre os sindicalistas empregados no governo, 90% têm – ou tiveram – vínculos com a CUT, ligada ao PT.

Há vagas para os amigos

A República Sindicalista se instituiu na era Lula graças, em larga medida, a um instrumento excepcional de poder concentrado nas mãos do presidente da República e de ministros: a possibilidade de eles nomearem, sem muitas limitações, um enorme contingente de pessoas para a máquina pública. Existe hoje só na administração direta do Executivo federal uma monumental cota de 20.578 cargos de confiança política. São as famosas funções de Direção e Assessoramento Superior (DAS), como são conhecidas no jargão da burocracia brasileira. Quase 7 mil desses cargos podem ser ocupados por pessoas que não prestaram concurso para entrar no serviço público. Essa conta – subestimada, porque não inclui os cargos de confiança nas empresas estatais, cujo número acurately mero ninguém consegue precisar – é muito além do desejável para a administração pública, como mostra a comparação com os países mais desenvolvidos. Nos Estados Unidos, que têm uma população de funcionários públicos quase três vezes maior que a do Brasil (2,7 milhões de funcionários lá, contra 1,1 milhão aqui), o presidente pode nomear livremente apenas 979 funcionários na administração pública. Na França, esse número gira em torno de 500.

Para ter uma ideia do grau de loteamento dos cargos políticos, ÉPOCA fez um levantamento inédito, em que cruzou os nomes dos ocupantes de cargos com a lista de filiados a partidos políticos no Brasil, para descobrir quantos funcionários DAS têm vínculos com partidos da base de apoio do governo Lula no Congresso. O levantamento procurou descobrir os filiados pertencentes aos partidos da coalizão do governo Lula em janeiro de 2007 – PT, PL, PP, PMDB, PCdoB, PSB e PTB – nos cargos DAS, em todos os níveis, de 1 a 6. Conforme a escala, salário e atribuições aumentam progressivamente. O funcionário DAS-1 ganha R\$ 2.115, enquanto o DAS-6 recebe R\$ 11.179.

Eis os principais resultados do levantamento:

- 37,8% dos cargos DAS-6, ocupados por secretários executivos, dirigentes de fundações e autarquias, chefes de gabinete de ministros e diretores de departamento, são filiados a partidos políticos. Um quarto desses cargos

(24,8%) é ocupado por petistas. O PMDB, o segundo maior partido da coalizão, tem 4,8% de filiados entre os cargos DAS-6, cinco vezes menos que o PT.

- 12,56% dos cargos DAS-1 a 6 são ocupados por filiados a partidos (segundo o IBGE, a taxa de filiação partidária na população é de 2,6%). Entre os ocupantes de cargos de confiança com filiação partidária, a maioria também é petista. São filiados ao PT 1.060 servidores em cargos de confiança, ou 41% do total de cargos DAS com filiação partidária. Há 451 ocupantes de cargos DAS ligados ao PMDB, ou 17,44% do total com filiação.

- A taxa de filiação partidária em cargos DAS aumenta nos ministérios e nos órgãos que lidam com temas que atraem militantes, como a reforma agrária e a questão indígena ou a ambiental. Entre os campeões do aparelhamento estão a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A Funai tem 156 filiados (27% ao PT) em 644 cargos DAS; o Ibama tem 52 filiados (63% ao PT) em 276 cargos; o Incra tem 169 filiados (61% ao PT) em 670 cargos.

- O aparelhamento é vertical em alguns ministérios: o partido do ministro influencia o índice de filiação de ocupantes de cargos DAS. No Ministério do Esporte, controlado pelo PCdoB nos dois mandatos de Lula, 55% dos funcionários DAS com filiação partidária são comunistas de carteirinha. No Ministério do Desenvolvimento Agrário, feudo da corrente petista Democracia Socialista (DS), há 176 petistas em cargos DAS. O maior índice de filiados ao PR em cargos DAS é encontrado no Ministério dos Transportes, que foi dirigido pelo presidente do partido, Alfredo Nascimento. Lá, 20 dos 75 ocupantes de cargos DAS com filiação partidária são ligados ao PR, contra 17 do PT. Em nenhum outro lugar da Esplanada dos Ministérios o pequeno PR bate o PT. REVISTA ÉPOCA

Sindicatos criticam diferenças salariais entre ativos e aposentados

Representantes de sindicatos trabalhistas fizeram críticas unânimes, nesta quinta-feira, ao que consideram omissões do Projeto de Lei Complementar (PLP) 555/10, do Executivo, que regulamenta a aposentadoria especial do servidor público que possa ter sua saúde ou integridade física prejudicada pela atividade que exerce.

O principal ponto destacado pelos sindicalistas refere-se à necessidade de igualdade entre os valores recebidos pelos servidores ativos e aposentados, inclusive reajustes, não prevista na proposta. O projeto do Executivo tramita pensado ao PLP 472/09, do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).

Os dois projetos foram discutidos nesta quinta-feira em audiência pública na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. A proposta do Executivo exige comprovação do exercício de atividades que prejudicam a saúde, com uso de agentes físicos, químicos ou biológicos. O projeto de Faria de Sá determina que o benefício será devido ao funcionário que tiver trabalhado nessas condições durante 15, 20 ou 25 anos, de acordo com o agente nocivo.

Paridade de vencimentos

"Deve haver integralidade e paridade dos vencimentos de ativos e aposentados", reclama o representante da Associação dos Servidores da Comissão Nacional de Energia Nuclear, José Roberto Sodero Victório. "Outra questão importante diz respeito ao tempo anterior à regulamentação. Esse tempo deve ser comprovado através de certidões emitidas pelos próprios órgãos, sem a necessidade de uma burocracia técnica muito grande."

Também há críticas em relação ao trecho da proposta do governo que impede o servidor de usar o seu contracheque ou testemunhas para comprovar o período em que exerceu atividades de risco. O texto prevê ainda queo servidor precisa exercer atividade de risco pelo tempo de 25 anos para ter direito à aposentadoria especial. Quem se aposentar antes não teria esse direito.

Público e privado

A presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Rosângela Rassy, explica que a proposta não prevê o atendimento ao trabalhador que passa da iniciativa privada para o serviço público. "Aquele trabalhador que durante anos trabalhou na iniciativa privada em condições insalubres e ali acumulou 10 anos de trabalho, se ele faz um concurso público, da maneira que está hoje, ele perde esse período", destaca.

O sindicato defende que seja feita uma conversão desse tempo anterior para a condição agora de servidor público "e que ele possa se beneficiar desse tempo em que ele trabalhou em condição especial para aposentar-se mais cedo".

Deficientes e abono

Durante a audiência, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho sugeriu a inserção como beneficiário da proposta dos portadores de deficiência na aposentadoria especial. Já o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Pedro Delarue, sugeriu que o trabalhador que tenha direito à aposentadoria, mas não queira se aposentar, possa continuar no trabalho recebendo abono de permanência.

Substitutivo viável

A audiência foi proposta pela relatora das propostas, deputada Manuela D'Ávila (PCdoB-RS). Ela afirma que as sugestões serão apresentadas ao governo para negociar um substitutivo que seja viável. "Por falta de lei, a aposentadoria especial vem sendo regulamentada pelo Poder Judiciário. Como são regimes previdenciários distintos, um garante determinados benefícios a seus trabalhadores e outro não. Como eu defendo que o Estado tenha um funcionalismo público que possa dar conta dos desafios da população, não consigo entender como existem dois tipos de trabalhadores."

Os trabalhadores da iniciativa privada que trabalham em atividades insalubres já têm direito à aposentadoria especial. A Constituição proíbe a adoção de critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria, a não ser nos casos dos portadores de deficiência, das atividades de risco ou das prejudiciais à saúde. Mas, para tanto, exige lei complementar determinando os critérios. Os dois projetos tramitam em regime de prioridade e devem ser analisados pela Comissão de Trabalho antes das eleições. Agência Câmara

AGENDA SEMANAL DAS COMISSÕES DO SENADO COM ASSUNTOS RELEVANTES PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS

Na sessão ordinária da Comissão de Trabalho da Câmara desta semana, os destaques são os projetos de lei de regulamentação da taxa assistencial e o que trata do congelamento de salário do servidor.

O PL 6.708/09, do senador Paulo Paim (PT/RS), que regulamenta a cobrança, pelos sindicatos de trabalhadores, taxa assistencial em razão da celebração da convenção coletiva de trabalho. O relator, deputado Sabino Castelo Branco (PTB/AM) apresentou, na semana passada, parecer pela aprovação do projeto.

Congelamento do salário do servidor

O PLP 549/09, do senador Romero Jucá (PMDB/RR), que congela por dez anos o salário do servidor está na pauta desta semana. A proposta tem parecer contrário do relator, deputado Luiz Carlos Busato (PTB/RS).

Proteção ao trabalhador

O PL 3.128/04, do deputado Eduardo Valverde (PT/RO), que inclui como beneficiário da legislação trabalhista os ocupantes de cargos em comissão da Administração Pública e os contratados por tempo determinado é outra matéria em destaque na Comissão de Trabalho. O relator, deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA) ofereceu parecer favorável à matéria.

Demissão

Está ainda na pauta do colegiado o PL 3.035/08, do deputado Sandes Júnior (PP/GO), que acrescenta dispositivo na CLT para inibir a demissão de trabalhador após suspensão ou interrupção do contrato de trabalho nos casos que especifica. O relator, deputado Paulo Rocha (PT/PA) apresentou parecer favorável ao projeto.

Teletrabalho

O PL 4.505/08, do deputado Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB/ES), que regulamenta o trabalho à distância, conceitua e disciplina as relações de teletrabalho. A relatora, deputada Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) ofereceu parecer favorável ao projeto.

Proteção ao trabalhador

O PL 3.128/04, do deputado Eduardo Valverde (PT/RO) inclui como beneficiário da legislação trabalhista os ocupantes de cargos em comissão da Administração Pública e os contratados por tempo determinado. O relator da matéria, deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA) emitiu parecer pela aprovação da matéria. Os trabalhos da Comissão estão agendados para esta quarta-feira (12), às 9h30, no plenário 12.

Formação do trabalhador

As Comissões de Educação e Cultura e de Trabalho da Câmara dos Deputados realizam audiência pública sobre a "Rede Certific - Programa Nacional de Certificação e Formação Inicial e Continuada". Foram convidados, os ministros da Educação, Fernando Haddad, e do Trabalho, Carlos Lupi; o diretor de Formulação de Políticas da Educação Profissional e Tecnológica, Luiz Pereira; e a presidente do Conselho das Instituições da Rede Federal, Consuelo Sielski. A reunião vai acontecer a partir das 14h30, desta terça-feira (11), ainda sem plenário definido.

Cargos na Fazenda

Nesta quarta-feira (12), às 14h30, o colegiado realiza audiência pública sobre o Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda. Foram convidados o subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda, Laerte Meliga; e a presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Administrativos e Auxiliares da Receita Federal do Brasil, Leonilda de Araujo. Ainda não foi definido o plenário para o debate.

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Reajuste dos benefícios da aposentadoria

O deputado Marçal Filho (PMDB/MS) apresentou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Requerimento 141/10 para realização de audiência pública com o ministro da Previdência Social, e os presidentes da Frente Parlamentar em defesa dos Aposentados e Pensionistas e da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Warley Martins.

O objetivo da audiência é debater o PL 4.434/08, do senador Paulo Paim (PT/RS), que dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo regime geral de previdência social e o índice de correção previdenciária.

Desconstitucionalização de direitos

Continua na pauta da CCJ, a proposta de emenda à Constituição (PEC) 341/09, do deputado Regis de Oliveira (PSC/SP), que modifica os dispositivos constitucionais retirando do texto matéria que não é constitucional. Na prática, o parlamentar pretende desconstitucionalizar os direitos sociais e trabalhistas conquistados na Carta de 1988.

O relator, deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT/BA) apresentou parecer favorável à proposta. O deputado Marcelo Itagiba (PMDB/RJ) apresentou voto em separado. Se aprovada o parecer do relator será criada comissão especial para analisar o mérito da matéria e o voto em separado vai ao arquivo.

Execução trabalhista

O PL 5.140/05, do ex-deputado Marcelo Barbieri (PMDB/SP) que modifica a CLT para dispor sobre a execução trabalhista e a aplicação do princípio da desconsideração da personalidade jurídica também está na agenda desta semana da CCJ.

O relator, deputado Zenaldo Coutinho (PSDB/PA) ofereceu parecer pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do projeto.

Justiça do Trabalho

O PL 6.542/06, da comissão especial mista que trata da "Regulamentação da Emenda 45", que regulamenta o inciso IX do artigo 114 da Constituição, para dispor sobre competências da Justiça do Trabalho referentes à relação de trabalho pode ser apreciado na CCJ. Em resumo a proposta estabelece a competência das varas de Trabalho para julgar os litígios decorrentes de relações de trabalho que não configuram vínculo empregatício.

O relator da matéria é o deputado Regis de Oliveira (PSC/SP), cujo parecer é pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da matéria. O deputado Moreira Mendes (PPS/RO) apresentou voto em separado em que pede a rejeição da matéria.

Piso salarial

Está na pauta ainda o projeto de lei complementar (PLP) 282/08, do deputado Brizola Neto (PDT/RJ) que altera a Lei Complementar 103/00, a fim de dispor que convenção e acordos coletivos de trabalho devem observar o piso salarial nela instituído.

O relator, deputado João Campos (PSDB/GO) ofereceu parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa ao projeto. Se aprovada, a matéria será apreciada no plenário da Casa.

Entidades filantrópicas

O PL 5.605/05, da deputada Gorete Pereira (PR/CE) que acrescenta artigo à CLT, para dispor sobre a aplicação de multas trabalhistas a entidades filantrópicas que dependem da transferência de recursos públicos pode ser votado na comissão.

O relator, deputado Aracely de Paula (PR/MG) emitiu parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da emenda da Comissão de Trabalho. O deputado Luiz Couto (PT/PB) apresentou voto em separado contrário ao parecer do relator. A Comissão se reúne nesta terça-feira (11) às 14h30 e na quarta-feira (12) às 10h, no plenário 1.

Comissão de Seguridade Social e Família

Emenda 29

A Comissão de Segurança Social e Família realiza, nesta terça-feira (11), audiência pública sobre a judicialização da saúde e a necessidade de regulamentação da Emenda 29. Foram convidados o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Reinaldo Guimarães; o defensor público Federal, André Ordacgy; e o juiz de Direito do Fórum Regional do Partenon em Porto Alegre (RS), Ingo Sarlet. A reunião será no plenário 7, às 14h.

Hospitais universitários

Na pauta ordinária do colegiado está o Requerimento 354/10, da deputada Solange Almeida (PMDB/RJ), que convida representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), do Ministério da Educação (MEC), da Federação de Sindicatos de trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra), da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes) para debater a situação dos hospitais universitários.

Perfil Profissiográfico Previdenciário

Está também na pauta, o PL 2.421/07, do deputado Nelson Pellegrino (PT/BA), que dispõe sobre a responsabilização das tomadoras de serviços terceirizados pela expedição de Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), em favor de trabalhadores sujeitos a aposentadoria especial. O relator da matéria, deputado Assis do Couto (PT/PR) apresentou parecer favorável ao projeto.

Exames periódicos motoristas

O colegiado poderá votar, nessa quarta-feira (12), o PL 2.895/08, do ex-deputado Barbosa Neto (PDT/PR), que dispõe sobre a obrigatoriedade de exames médicos periódicos para motoristas profissionais autônomos de caminhão. O relator, deputado Manato (PDT/ES) ofereceu parecer pela aprovação da matéria.

Licença paternidade

O colegiado analisa ainda o PL 3.935/08, da senadora Patrícia Saboya (PDT/CE), que acrescenta os artigos 473-A a 473-C à CLT, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do artigo 7º da Constituição. A relatora da proposta, deputada Elcione Barbalho (PMDB/PA) ofereceu parecer pela aprovação da matéria. O colegiado se reúne às 9h30, no plenário 7.

Comissão de Finanças e Tributação

Aposentadoria

Está ainda na pauta da CFT o PL 7.064/02, do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), que dispõe sobre a complementação da aposentadoria a ex-servidores autárquicos do extinto Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O relator da matéria, deputado Vignatti (PT/SC) apresentou parecer pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária da matéria. O deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) apresentou voto em separado favorável ao projeto. O colegiado se reúne às 10h, desta quarta-feira (12), no plenário 4.

Comissão de Legislação Participativa

Planos de Saúde

Nesta terça-feira (11), a Comissão de Legislação Participativa realiza seminário sobre planos de saúde e cooperativismo na saúde. Foram convidados o diretor de Normas e Habilitação de Operadoras da Agência Nacional de Saúde, Alfredo Cardoso; o representante da Associação Médica Brasileira, Florisval Meinão; e o representante da Unimed do Brasil, José Ximenes. O encontro vai ser às 14h, no plenário 3.

Direitos Humanos (PNDH-3)

A Agência Câmara de Notícias realiza, nesta terça-feira (11), chat com o deputado Chico Alencar (PSol/RJ) relator de quatro propostas que sustentam diretrizes do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). O debate terá início às 15h. Os interessados em participar do bate-papo deverão acessar o site www.agencia.camara.gov.br e clicar no banner do bate-papo, que estará disponível no alto da página da agência.

Comissões especiais

Fim da contribuição dos aposentados

A comissão especial sobre o fim da contribuição dos aposentados (PEC 555/06) realiza audiência pública e votação de requerimentos. Foram convidados o secretário-geral da Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal), José Costa; e os presidentes do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, Pedro Delarue Filho; e o da Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal), Jorge Cezar Costa. A reunião vai ser, nesta quarta-feira (12), às 14h30, no plenário 13.